

MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: DA TEORIA À REALIDADE

SOCIAL MOVEMENTS IN LATIN AMERICA: FROM THEORY TO REALITY

Beatriz Maria Soares PONTES¹

RESUMO

Nesse artigo pretendeu-se ressaltar que os estudos relativos ao quadro teórico dos movimentos sociais, na América Latina, desenvolveram-se basicamente nas universidades e em alguns institutos de pesquisas ou ONGs. Durante o Estado Militar havia uma base teórica que consistia mais num guia de orientação político-estratégico para as ações futuras do que num referencial explicativo sobre os movimentos sociais. Na América Latina, as iniciativas teóricas estiveram mais próximas das teorias europeias do que aquelas que se remetiam à epistemologia gerada nos Estados Unidos sobre os movimentos sociais. Assim, para a construção de um projeto teórico que melhor contribuísse para a análise dos movimentos sociais latino-americanos seria fundamental a consideração dos seguintes aspectos: a diversidade de movimentos sociais existentes; a hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais; os movimentos populares que tiveram destaque e que se tornaram conhecidos internacionalmente; as mudanças na Igreja Católica, em relação aos movimentos sociais; as características dos movimentos populares como formas de resistência e os novos movimentos sociais que destacaram a inclusão e não a integração social; projetos estratégicos de mudança da ordem das coisas na realidade social; a inclusão da categoria dos intelectuais para a efetiva compreensão dos movimentos sociais; a questão agrária na América Latina; as estratégias e táticas adotadas pelos movimentos sociais, segundo as diferentes realidades na América Latina e o trabalho dos movimentos locais em torno da demanda de serviços coletivos territorializados, não se articulando às redes nacionais ou regionais. Verificou-se as contribuições do sociólogo francês Lojkine e dos geógrafos brasileiros Mansano e Silva. Em seguida, foi estudada a realidade dos movimentos sociais latino-americanos, dando particular ênfase ao papel do Estado e dos atores político-institucionais, evidenciando que a sociedade civil foi pouco considerada, caracterizando uma abordagem que se aproximou mais da teoria de Mobilização Política. Nesse período, os repertórios utilizados criaram agendas diferenciadas para os movimentos: etnia; suprimento de gêneros e serviços sociais de primeira necessidade; demandas por terra e moradia; educação e questões de gênero. México, Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia apresentaram movimentos populares e os movimentos sociais brasileiros (1978 a 1989) tiveram como categoria básica a autonomia. Também foram debatidos os movimentos sociais e ONGs no Brasil nos finais do século XX e inícios do século XXI, terminando a análise com o advento dos movimentos sociais ocorridos no mês de junho de 2013. A tendência predominante nos anos 90, até o início do século XXI, na análise dos movimentos sociais foi o de unir abordagens elaboradas a partir de teorias macrosociais às teorias que priorizam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que fazem mediações sem excluir uma ou outra das abordagens. Esse novo contexto teórico seria uma necessidade imperiosa, numa era na qual tudo se desfaz rapidamente e tudo fica obsoleto em frações de tempo.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: beatrizmariasoes@ig.com.br

Palavras-chave: Teoria e realidade, Movimentos sociais, América Latina.

ABSTRACT

In this article, we intended to emphasize that the studies relating to the theoretical framework of the social movements in Latin America were developed primarily at the universities and in some research institutes or NGOs. During the Military State, there had been a theoretical basis that consisted more of a political-strategical guidance for the future actions than an explanatory referential on the social movements. In Latin America, the theoretical initiatives were closer to the European theories than to those referred to the epistemology generated in the United States about the social movements. Thus, for the construction of a theoretical project that would better contribute to the analysis of the Latin American social movements it would be fundamental the consideration of the following aspects: the diversity of existing social movements; the hegemony of popular movements compared to other types of social movements; the popular movements that have stood out and became internationally known; the changes in the Catholic Church, in relation to the social movements; the characteristics of popular movements as forms of resistance and the new social movements that have highlighted the inclusion and not the social integration; strategic projects of change of the order of things in social reality; the inclusion of the category of intellectuals for the effective understanding of the social movements; the agrarian issue in Latin America; the strategies and tactics adopted by the social movements, according to the different realities in Latin America and the work of the local movements around the demand of the territorialized collective services, not articulating themselves to the national or regional networks. There were the contributions of the French sociologist Lojkin and the Brazilian geographers Mansano and Silva. Then, it was studied the reality of the Latin American social movements, with particular emphasis on the role of the State and of the institutional-political actors, evidencing that the civil society was little considered, characterizing an approach which came closer to the theory of Political Mobilization. During this period, the repertoires used created differentiated agendas for the movements: ethnicity; supply of genres and social services of first necessity; demands for land and housing; education and gender issues. Mexico, Peru, Bolivia, Venezuela and Colombia, had popular movements and the Brazilian social movements (1978 to 1989) had as basic category the autonomy. It was also discussed the social movements and NGOs in Brazil in the late 20th century and early 21st century, ending the analysis with the advent of the social movements that occurred in June 2013. The predominant tendency in the 90s, until the beginning of the 21st century, in the analysis of social movements was to unite approaches elaborated from macro social theories to the theories that prioritize micro aspects of everyday life, through concepts that make mediations without excluding either of the approaches. This new theoretical context would be an urgent need, in an era in which everything falls apart quickly and everything becomes obsolete in time slices.

Keywords: Theory and Reality, Social Movements, Latin America.

INTRODUÇÃO

Foweraker (1995, p. 1) afirmou: “Mobilizações massivas ocorreram na América Latina, mas pouca teorização sobre os movimentos foram feitas”. Deve-se acrescentar que os estudos desenvolveram-se, basicamente, nas universidades e em alguns institutos de pesquisas ou ONGs. Nas universidades, o *lócus* básico das investigações foram os programas de Pós-graduação.

No Brasil, os estudos acadêmicos estavam num grande processo de renovação com dezenas de novos pesquisadores participantes dos recém-estruturados ou inaugurados cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, tendo o propósito de entender os processos sociais que estavam ocorrendo e desejosos de participar de alguma forma da luta contra o regime militar, tendo em vista o controle social e a ausência de espaços para o debate.

O contato com algumas teorias europeias, como a de Castells (1983), que além de focalizar a sociedade civil era também um guia para a ação, conferindo importância aos movimentos, vendo-os como elementos estratégicos de uma redemocratização do Estado e da sociedade em geral proporcionou os elementos teóricos necessários à nova geração de pesquisadores. A produção de conhecimento e a elaboração de estratégias políticas se cruzaram. Os estudos ficaram mais no plano descritivo porque a visibilidade aparente dos dados que se coletavam e se registravam era o que mais se destacava, num processo vivo, em que os discursos dos novos atores eram supervalorizados. Havia uma base teórica que consistia mais num guia de orientação político-estratégica para as ações futuras do que num referencial explicativo sobre o passado imediato.

Nesse cenário, acrescenta-se que a produção latino-americana sobre os movimentos sociais estava permeada por pressupostos ideológicos que derivavam de matrizes político-pragmáticas de partidos políticos (GOHN, 1997). Isto ocorreu porque certos movimentos sociais do final dos anos 70 e início dos 80, do século XX eram expressões políticas de forças políticas nacionais. As reflexões teóricas embasaram-se mais nas teorias europeias por serem estas mais críticas e articuladas a pressupostos da nova esquerda, que aquelas forças políticas adotaram. Ignorou-se uma extensa produção norte-americana por ser considerada “funcionalista”.

A influência teórica europeia inicial se fez predominantemente por meio do paradigma marxista, explicando-se pela predominância deste paradigma nos meios acadêmicos, principalmente nas universidades públicas e nas chamadas comunidades, nos anos 70 e pelos projetos concretos de luta para a redemocratização naquele período, elaborados pela esquerda a partir de leituras gramscianas (GOHN, 1997).

Como grande parte dos cientistas sociais do período estava engajada em lutas sociais concretas, a teorização e o delineamento das tarefas necessárias na luta social cotidiana se confundiram, resultando numa certa rigidez do pensamento, que pretendendo ser crítico, se tornou, algumas vezes, dogmático.

Alguns analistas baseados em leituras mecanicistas do marxismo buscaram métodos e procedimentos que desvelassem a realidade social, sua aparência enganosa, fragmentada e ilusória (GOHN, 1997).

Essa rigidez decorreu da separação entre o fluxo dos acontecimentos onde se inseria o fenômeno a ser estudado e os caminhos que a reflexão tomava, baseados em procedimentos predeterminados. A razão não operava com a liberdade necessária para captar os ecos e ressonâncias que os fenômenos provocavam na realidade social. A poderosa influência ideológica, também, fazia com que aqueles ecos tivessem de ser postos de lado, abstraídos, pois eram ruídos que perturbavam a busca das grandes determinações dos fenômenos (GOHN, 1997).

A abordagem marxista foi sendo substituída pela dos novos Movimentos Sociais, ao longo dos anos 80. Essa teoria sempre negou a abordagem ortodoxa marxista, especialmente a corrente leninista. É importante observar que aquela teoria nunca negou a teoria da ação, quer em sua versão americana contemporânea, quer na alemã weberiana, quer na francesa durkheiminiana. Assim, vários analistas brasileiros que sempre estigmatizaram toda e qualquer abordagem americana como funcionalista-conservadora, filiando-se às europeias por considerá-las progressistas e críticas, absorveram vários conceitos e categorias do paradigma norte-americano por desconhecerem o debate que ocorria no cenário internacional e as interações que estavam ocorrendo. O próprio conceito de redes sociais, bastante utilizado no Brasil, a partir dos anos 90, tem uma longa trajetória dentro da teoria das redes sociais, desenvolvida nos Estados Unidos, não sendo uma criação da teoria dos Novos Movimentos Sociais, como muitos pensam (GOHN, 1997).

A produção norte-americana desenvolveu, a partir dos anos 70, um diálogo com a produção europeia, provocando um enriquecimento da reflexão teórica para os dois lados. Este diálogo, expresso em inúmeros debates, não foi abordado no Brasil, o país de maior produção de estudos sobre os movimentos sociais na América Latina (GOHN, 1997). Isto não quer dizer que o paradigma norte-americano tenha se alterado substancialmente, mas ao mesmo tempo desenvolveu-se em novas frentes, aumentou muito sua produção sobre os movimentos sociais e várias teorias foram criadas (GOHN, 1997).

Enquanto isso, as teorias marxistas estagnaram e declinaram ao longo dos anos 80. A dos Novos Movimentos Sociais cresceu e se firmou neste mesmo período, para depois se estagnar nos anos 90. Esse cenário levou a uma certa “orfandade teórica” os analistas latino-americanos, nos anos 90, por estarem presos ao referencial europeu (GOHN, 1997).

1. ELEMENTOS PARA UMA TEORIA SOBRE OS MOVIMENTOS LATINO-AMERICANOS

Tendo em vista a história latino-americana, os principais pontos a serem considerados na formulação de um paradigma latino-americano são, segundo GOHN (1997), os seguintes:

- Diversidade de movimentos sociais existentes; diferenciação interna entre eles quanto a formas de organização, tais como: propostas, projetos políticos, articulações e tipos de lideranças, resultando numa diversidade de movimentos em relação aos mesmos temas e problemas;
- Hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais. A maioria dos movimentos populares lutaram por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos, ou seja, necessidades sociais básicas à sobrevivência e direitos sociais básicos elementares. Não há nada de modernidade nessas lutas. Elas são seculares entre os excluídos. As carências socioeconômicas eram das populações demandatárias e dos movimentos em si;
- Os “novos” movimentos sociais. Modelando tudo isto, a tradição de cultura política democrática é quase inexistente e valores como o machismo e o preconceito racial escamoteados são variáveis, de longa data, existentes;
- Os movimentos populares que se destacaram e se tornaram conhecidos internacionalmente foram os que estavam sob o manto protetor da Igreja católica, envolvendo a sua ala progressista, da Teologia da Libertação, de amplo conhecimento público. A religião é de modo geral, um valor muito importante na vida do homem pobre latino-americano. O passado colonial moldou uma cultura em que a religião é sinônimo de esperança. As camadas populares sempre buscam a religião: a católica, as de origem africana ou as modernas seitas contemporâneas. A Igreja católica sempre teve uma presença marcante na América Latina, dentro da correlação das forças sociopolíticas existentes;
- Nos anos 60, do século XX, com o Concílio Vaticano II, a Igreja católica mudou o eixo de sua política na América Latina. Até então, estava voltada para a sociedade política, exercendo influência junto ao Estado por meio de partidos democrata-cristãos e movimentos sociais como a Ação Católica. A partir do Concílio desenvolveu estratégias voltadas para a sociedade civil, passando a ser, ela própria, um agente ativo na organização dessa sociedade, por meio das pastorais e comunidades

eclesiais de base (CASANOVA, 1994). Havia nessa fase um “inimigo” bem claro a ser combatido: as ditaduras militares.

- A questão indígena tem sido fonte de conflitos e movimentos sociais. Suas lutas estão mais voltadas para a preservação de suas tradições culturais. Na América Latina encontra-se parte da população indígena vivendo como miseráveis, nas áreas periféricas de grandes cidades ou em pequenos povoados, nos quais são visíveis os processos de desagregações de suas tradições e costumes. Esses índios estão, parcialmente, aculturados. Outros, estão em territórios originais, mantendo suas tradições e estilo de vida, lutando para preservar suas terras contra a invasão do homem branco, garimpeiros e grileiros;
- Os movimentos populares são formas de resistência e os novos movimentos sociais são as lutas pela inclusão e não pela integração social, dois fenômenos distintos. Estes cenários têm possibilitado aos grupos e movimentos sociais, saltos qualitativos em termos de organização, consciência, conquista de direitos, bens, serviços e acesso a lugares estratégicos em postos de poder;
- A vertente marxista gramsciana que trata a ideologia no campo das práticas sociais, constituiu um conjunto de ideias que deram suporte a projetos estratégicos de mudança da ordem das coisas na realidade social;
- Na América Latina não é possível entender a problemática dos movimentos sociais se não for incluída a categoria dos intelectuais, no cenário;
- A questão agrária, na América Latina, tem sido palco de violentos conflitos e permanece como um tabu para certas elites dominantes, que relutam em discutir qualquer proposta de reforma nessa área;
- Dentre os contrastes existentes no cenário dos movimentos sociais latino-americanos deve-se considerar suas estratégias e táticas, que variam de ações violentas, características dos movimentos da chamada fase pré-política, quando o diálogo e a negociação eram inviáveis, a formas de ação modernas, como os computadores, a Internet e a mídia, além da televisão e dos jornais;

- Na última década, os movimentos locais trabalharam com a demanda de serviços coletivos territorializados e que não se articularam às redes nacionais ou regionais, enfraquecendo-se. Ao contrário, os movimentos locais que trabalharam com demandas globais como as reivindicações culturais dos indígenas, as ecológicas, pela paz e pelos direitos humanos, se fortaleceram.

Vistos os elementos a serem considerados para uma teoria sobre os movimentos latino americanos, em seguida será expressa a proposta de GOHN (1997).

Ao refletir detidamente sobre os movimentos sociais GOHN (1997) expressa, segundo as suas próprias palavras, a sua visão sobre um tema muito importante nos dias atuais, tendo em vista a proeminência das questões socioeconômicas e políticas que envolvem a humanidade.

Do exposto até o momento, podemos tirar uma primeira dedução, a saber: movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Portanto, trata-se de uma práxis. Podemos ter duas acepções básicas de movimento: uma ampla, que independe do paradigma teórico adotado e que sempre se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos. A outra acepção, se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo e localizados num espaço determinado. Na primeira acepção, a categoria básica é a da luta social e tem um caráter cíclico. Os movimentos são como as ondas e as marés, vão e voltam e, isto ocorre, não por causas naturais, pois, se assim o fosse, estaríamos fazendo uma análise etapista-evolucionista do fenômeno. O fluxo e o refluxo, também, não se referem a relações de causalidade mecânica, num círculo causa-efeito. Os movimentos vão e voltam, segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho. Estes fatores conferem às ações dos movimentos, caráter relativo, ativo ou passivo. Destacamos, ainda, que nossa concepção de luta social não implica em nenhum tipo de determinação ou sobredeterminação, do tipo utilizado por Althusser (1975), em que toda e qualquer luta social é sempre uma luta contra o capitalismo, referido como uma determinação econômica, em última instância. A luta das mulheres no movimento feminista é um bom exemplo para elucidar o campo de ação dos movimentos, não subjugado a nenhuma ordem ou escala de ‘luta principal ou secundária’. Outro alerta necessário sobre a concepção ampliada de movimento social é que nem tudo que muda na sociedade é sinônimo ou resultado da ação de um movimento social. Movimentos sociais são uma das formas possíveis de mudança e transformação social. Na segunda acepção, a categoria fundamental é a de força social, traduzida numa demanda ou reivindicação concreta ou numa ideia-chave que, formulada por um ou alguns, e apropriada por um grupo, se torna um eixo norteador e estruturador da luta social de um grupo – qualquer que seja seu tamanho – que se põe em movimento. As colocações acima trazem à luz, outros elementos essenciais para a construção de um paradigma explicativo das ações coletivas, no intuito de fundamentar o conceito de movimento social para além das evidências empíricas. O primeiro elemento é a categoria luta social. Ela é uma noção-chave, mais abrangente. Nos referimos à luta social e não à luta de classes. As classes se formam na luta, diz Thompsom (1981), “as classes sociais não antecedem,

mas surgem na luta”...Surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar, em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção, embora sob certas condições que são dadas (THOMPSON, 1981, p. 121). Portanto, luta social é um conceito mais abrangente e as classes sociais são uma das formas e, não a única, de agrupar as ações dos homens na história. Classe se refere às ações dos indivíduos enquanto agentes produtores e reprodutores socioeconômicos, mas não dá conta de explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social. Por isso, desenvolvemos a categoria dos atores sociais. Esta não se contrapõe à classe social, porque o ‘ator’ é uma noção utilizada como categoria de análise, enquanto aquela é um conceito. Todo ator pertence a uma classe social, mas os atores, muitas vezes, se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, como as questões de gênero, étnicas e ecológicas, ou seja, grande parte dos eixos temáticos básicos dos movimentos sociais contemporâneos não diz respeito ao conflito de classes, mas a conflitos entre atores da sociedade (GOHN, 1997, p. 247, 248 e 249).

B. Moore Jr. (1987), Castoriadis e Cohn-Bendit (1981) e Thompson (1981) contribuíram para a fundamentação da categoria dos movimentos ao chamarem a atenção para essa dimensão subjetiva, construída ao longo de um processo histórico de luta, no qual a experiência grupal de compartilhamento de valores socialmente comuns era um fator fundamental.

Assim, toda nossa análise, desenvolve-se prioritariamente no campo da política. Isto porque, considera-se os movimentos sociais como expressões de poder da sociedade civil e, sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de forças sociais. Eles são, portanto, fundamentalmente, processos político-sociais.

Assumindo o risco de cometer equívocos, sintetiza-se todas as colocações acima e formula-se uma conceituação.

1.1 Os Conceitos

Baseando-se nos autores a seguir arrolados, a proponente da teoria (GOHN, 1997, p. 251, 252, 253 e 254) expressa o seu pensamento: Kriese (1988); Melucci (1989); Cardoso (1972); Mainwaring (1988); Alvarez e Scoabar (1992); Barreira (1992); Lefèvre (1973); Tilly, McAdam e Tarrow (1996); Tarrow (1982); Tilly (1978); Giddens (1993); Althusser (1975); Thompson (1981); Heller (1981); B. Moore Jr. (1987); Castoriadis e Cohn-Bendit (1981); Touraine (1989) e Castells (1974).

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos, pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um

campo político de força social na sociedade civil. Por outro lado, as ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir do interesse em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservadora ou reacionária, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados em suas densas redes e dos projetos políticos que constroem em suas ações. É necessário destacar que quando se fala em solidariedade não se quer dizer que os movimentos sejam internamente espaços harmoniosos ou homogêneos. Ao contrário, o usual é a existência de inúmeros conflitos e tendências internas. Mas a forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade. A forma como as demandas são codificadas varia segundo a cultura política local, ou seja, segundo o repertório das tradições culturais e forças sociopolíticas de uma dada conjuntura histórica onde o movimento está ocorrendo. Na realidade, a trama que tece as relações entre o movimento e as organizações, precede à própria existência do movimento. Este dado é importante porque muitos analistas têm uma concepção linear dos movimentos, afirmando que nasceriam em função das carências e interesses e depois marchariam para a institucionalização por meio de sua transformação em organização.

A autora situa-se mais próxima ao paradigma europeu ao articular premissas macro da análise estrutural marxista-gramsciana, com categorias micro presentes na teoria dos NMS, como solidariedade e identidade, básicos para criar e desenvolver os interesses de classe.

A mesma, ainda observa que com a globalização pode-se perder a perspectiva da microanálise do social e se olhar apenas para as grandes transformações nas macroestruturas sociais, econômicas e políticas.

A proponente ainda ressalta que a categoria das oportunidades políticas (TARROW, 1994) poderá ser útil na análise dos movimentos, contribuindo para essa análise em termos de luta política, devendo ser vista e incorporada como um dos instrumentos e um dos recursos existentes para se captar o campo de forças políticas de certa conjuntura histórica, devendo, ainda, ser ampliada para o conjunto dos atores envolvidos da sociedade civil e da sociedade política (GOHN, 1997).

1.2 Principais Categorias Teóricas

Pelo visto, as principais categorias teóricas, na visão de GOHN (1997) são as seguintes:

- Exclusão social e resistência;

- Participação, experiência, direitos, cidadania e identidade coletiva.

1.3 Fases de um Movimento Social

De um modo geral, pode-se observar num movimento social as seguintes fases:

- Situação de carência ou ideias e conjunto de metas e valores a se atingir;
- Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias);
- Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas;
- Transformação das demandas em reivindicações;
- Organização elementar do movimento;
- Formulação de estratégias;
- Práticas coletivas de assembleias, reuniões e atos públicos;
- Encaminhamento das reivindicações;
- Práticas de difusão (jornais, conferências e representações teatrais) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo);
- Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores;
- Consolidação e/ou institucionalização do movimento (GOHN, 1997, p. 266).

Por outro lado, a autora pondera sobre as formas de expressão dos movimentos sociais, categorias e tipos.

Baseando-se em Aberle (1966), a autora ressalta os movimentos transformadores, reformistas, redentores e alternativos. Ainda, recorda que Giddens (1987) respaldando-se em Smelser (1962) analisa as condições sociais que geram as ações coletivas, tipificando-as, posteriormente: movimentos gerados por ações originadas por tensões estruturais (movimentos dos negros), crenças generalizadas (movimentos dos direitos civis), distúrbios e violências (movimentos de rua, quebra-quebra) e movimentos que são deflagrados por situações de controle social (movimento contra as reformas da Constituição brasileira).

Finalmente, GOHN (1997) especifica as categorias dos movimentos sociais:

- 1ª Categoria – Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou abriga seus demandatários;
- 2ª Categoria – Movimentos Sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor;

- 3ª Categoria – Movimentos Sociais construídos a partir de determinados problemas sociais;
- 4ª Categoria – Movimentos Sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica e cultural);
- 5ª Categoria – Movimentos Sociais construídos a partir de ideologias.

2. A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA FRANCESA E BRASILEIRA PARA A COMPREENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS/TERRITÓRIO

2.1 A Contribuição de Lojkin

Deve-se destacar a contribuição de Lojkin (1981) no que concerne à análise dos movimentos sociais urbanos e suas relações com o território.

Segundo o autor, um simples movimento reivindicatório só se transforma, efetivamente, em movimento social urbano se articular os interesses fundamentais de uma classe, quer conflitantes, quer contraditórios. E isso só ocorre se houver uma articulação com a luta política geral, definindo movimento social urbano como questionamento da nova divisão social e espacial das atividades monopolistas nos grandes centros urbanos, por meio do fenômeno da segregação habitat/trabalho.

Essa definição remete-se à reflexão das relações que se dão no âmbito das estruturas de produção, relações geradoras de vários processos sociais, destacando-se os de pauperização e espoliação da força de trabalho. Pensar o fenômeno da segregação habitat/trabalho significa pensar na divisão social do trabalho no interior da sociedade. A distribuição espacial da população tem um caráter socioeconômico, sendo um reflexo da divisão social do trabalho e uma extensão dela. Assim, a exploração da mão de obra, que ocorre no âmbito da produção, corresponde a tantos outros processos, no âmbito do local de moradia quanto da qualidade de vida, no que se refere a bens, serviços e equipamentos. São os processos de espoliação e pauperização da classe trabalhadora.

Os Movimentos Sociais Urbanos têm, para Lojkin (1981), a possibilidade de contestar, diretamente, não só o poder econômico da classe dominante, mas também, o modo de reprodução do conjunto da formação social, tanto econômica, quanto social. Segundo o autor, a novidade dos atuais movimentos sociais urbanos, no capitalismo atual, está na articulação das “antigas” e novas contradições no urbano dadas por: oposição entre o financiamento da

aglomeração dos meios de produção e dos meios de consumo coletivos; esmagamento da força de trabalho pelo uso exclusivamente industrial do espaço urbano; novas contradições trazidas pela mobilidade espacial e temporal do capitalismo e as novas formas de autonomização social e espacial das funções econômicas das empresas monopolistas.

Além da contribuição francesa, faz-se mister ressaltar a contribuição dos geógrafos brasileiros, no que tange ao quadro teórico que envolve a questão dos movimentos sociais/território.

2.2 A Contribuição de Mansano

Adotou-se o conceito de movimento socioespacial, levando-se em consideração os movimentos que têm o território, como o lócus preferencial.

O conceito de movimento socioespacial é amplo, porque envolve as diferentes dimensões do espaço geográfico: social, político, econômico e cultural, principalmente. Movimentos sociais que têm o território como trunfo, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial (FERNANDES, 1996).

Analisar-se-á, então, os significados de conceitos como ocupação, trabalho, negociação política, organização e territorialização que são referências fundamentais quando se debruça sobre os conteúdos dos movimentos sociais, sob a ótica geográfica. São elementos essenciais para a compreensão dos processos desenvolvidos e formadores de movimentos socioterritoriais, na perspectiva da interação, considerando o território como condição para a formação do movimento social. Assim sendo, a ocupação é entendida como aquela que aspira desenvolver o processo de territorialização, através da criação e recriação das lutas travadas no território. Ressalta-se que a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, inaugurando questões, criando fatos e descortinando situações (FERNANDES, 1996).

Portanto, esse conjunto de elementos tende a modificar a realidade, aumentando o fluxo das relações sociais, porquanto, não só os trabalhadores, mas a sociedade civil, em geral, desafiam o Estado, que sempre representou os interesses dos segmentos hegemônicos da sociedade, bem como os interesses do capital em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração sob intensa pressão da sociedade. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses da sociedade civil. A produção e reprodução do trabalho ou outras reivindicações da sociedade, a cooperação, a busca em prol da geração de políticas públicas

afetas às questões postas pela referida, bem como outras referentes ao processo reivindicatório cidadão são aspectos que fazem parte desses movimentos.

É, na verdade, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de pessoas começa a se organizar com a intenção de ter as suas reivindicações atendidas, passa a desenvolver um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção do trabalho justo e o repúdio à exploração, buscando sempre a superação dos problemas pelos quais lutam.

Os elementos que compõem as metodologias são a formação, a organização, as táticas de luta e negociações com o Estado e a iniciativa privada, tendo como ponto de partida o trabalho de base.

Os trabalhos de base são realizados por meio da construção do espaço de socialização política. Esse espaço possui duas dimensões: uma é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões, visando identificar os objetivos do movimento. Trata-se do início da experiência transformadora da realidade, até então, vivenciada pela sociedade civil representada. A segunda dimensão é o espaço interativo. Este, dependendo da metodologia realiza-se antes, durante ou depois do objetivo logrado. No desenvolvimento dessas práticas e dessa lógica, constroem uma forma de organização social.

O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade daqueles que são despojados de aspectos que lhes são necessários. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida, associadas ao desenvolvimento das várias questões colocadas pelos movimentos sociais. Assim, a vida é experimentada como produtora de interações. Fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo os seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas das lutas, do enfrentamento que pode ser com a polícia ou com o Estado.

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em

movimento na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas.

Deve-se ressaltar que, em algumas ocasiões, os movimentos sociais enfrentam o medo em relação às forças opostas. Em tais circunstâncias o apoio dos outros componentes que integram o movimento é fundamental.

As posturas mais defensivas sustentam o não enfrentamento, optando, apenas, pela negociação, enquanto as ofensivas sustentam a negociação e o enfrentamento. A ocupação, como forma de luta e acesso ao território ou a outras reivindicações que sobre ele incidem é algo extremamente frequente na história do nosso país. Nas últimas décadas, camponeses, posseiros, pequenos produtores, seringueiros e castanheiros, sem teto, com carência de transportes, sem saúde, sem educação, sem saneamento, entre outros, são os principais sujeitos dessa luta.

Desse modo, os tipos de ocupação estão relacionados à propriedade da terra: pública, capitalista, às formas de organização dos grupos humanos e aos tipos de experiências que constroem.

Destaca-se três tipos de ocupação:

- As terras de trabalho reconquistadas, que estavam ocupadas há décadas por trabalhadores, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital, na expropriação dos mesmos;
- Terras devolutas, quando os trabalhadores ocupam terras pertencentes ao Estado, em áreas de fronteira e cujas terras passam a ser griladas por latifundiários;
- Ocupação de latifúndios (HOBSBAWM, 1998).

Além dos aspectos supracitados, lembra-se outros, a seguir:

- Ocupação de áreas urbanas, por razões variadas;
- Ocupação de áreas indígenas e de quilombolas e,
- Ocupação de áreas de preservação permanentes ou não (sob a ótica ambiental).

Contudo, no nosso país predominam as ocupações de terras devolutas e/ou públicas (terras indígenas) e as ocupações de latifúndios, bem como ocupação de áreas urbanas.

As formas de apoio são políticas e econômicas, acontecendo por meio de articulações e/ou alianças. O movimento social pode receber apoio e/ou estar vinculado a instituições religiosas, públicas, centrais sindicais, partidos ou organizações não-governamentais, além de poderem ser convocados pelas redes sociais.

Os significados de movimentos isolados e movimentos territorializados têm como referência a organização social e o espaço geográfico. Compreende-se como movimento isolado uma organização social que se realiza em uma base territorial determinada, que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes ao movimento, ou seja, nasce em lutas de resistências ou brota em terras de latifúndio ou áreas urbanas, através da espacialidade da luta, construindo, dessa forma, a sua territorialidade compreendida como processo de reprodução de ações características de um determinado território. O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo. A ação é possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização.

Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não sejam apenas resolver o próprio problema, mas, inserir-se no processo de luta e as lideranças promovem espaços de socialização política para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é a do desenvolvimento da forma de organização e territorialização.

Pelo que foi consignado, entende-se que a determinação, o espírito de luta, a preocupação com os processos de educação, conscientização e cidadania claramente manifestos nos modos de pensar e agir de lideranças ou que se expressam através das redes sociais resultaram no advento de uma realidade concreta, hoje vivenciada por diferentes movimentos sociais do país, ainda que os mesmos, contemporaneamente, continuem a enfrentar os riscos da expropriação e da dominação capitalista.

2.3 A Contribuição de Silva

Silva (2010) considerou importante a discussão que se remete às relações entre sociedade e desenvolvimento, de um lado, e território, de outro.

Na esfera rural destacou vários movimentos sociais ligados ao território, tais como: MST, agricultura familiar, associações, cooperativismo, quilombos, barragens e indígenas.

Lembra ainda o autor, o programa estabelecido no Governo de Fernando Henrique Cardoso referente aos territórios rurais, buscando uma forte relação entre territorialidade e desenvolvimento.

Tendo em vista os exemplos supra citados o autor em parceria com B.C.N. Silva (SILVA; SILVA, 2006, p. 161-162) um conceito de território, inspirado na análise da experiência da APAEB/Valente, que poderia auxiliar na discussão sobre dinâmica social e desenvolvimento na perspectiva do território.

A noção do território integra estrategicamente quatro características:

- Os territórios expressam, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações políticas, socioeconômicas e culturais, historicamente desenvolvidas e contextualmente especializadas, incluindo sua perspectiva ambiental;
- Em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam uma grande diversidade, com fortes características identitárias e isso envolvendo diferentes escalas;
- Os territórios assim identificados tendem a apresentar conflitos, mas também, laços de coesão e solidariedade, valorizando os interesses comuns, estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais diante dos processos de globalização;
- Assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar agora suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é, relativamente recente, de formas organizacionais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações socioeconômicas, culturais e políticas de nossos tempos, em uma escala global (SILVA, 2010, p. 175).

Sobre a competição territorial é preciso considerar o seu caráter recente, como o fez Harvey (2005b, p. 87):

A competição entre territórios (estados, regiões ou cidades) sobre quem tem o melhor modelo para o desenvolvimento econômico ou o melhor clima de negócios foi relativamente insignificante nos anos 1950 e 1960. Competição deste tipo cresceu nos sistemas mais fluidos e abertos das relações comerciais estabelecidas após 1970. O progresso geral da neoliberalização tem sido, assim, crescentemente, impelida através de mecanismos do desigual desenvolvimento geográfico (grifo do autor).

O mesmo pensador definiu neoliberalismo como:

Uma teoria de práticas de política econômica que propõe que o bem estar humano pode ser mais avançado liberando as liberdades e capacidades

individuais empreendedoras em uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade, mercados e comércio livres (HARVEY, 2005b, p. 2)

Nesse contexto, o Estado é também redefinido, direcionando-se progressivamente, para uma postura empreendedora, mais integrada à dinâmica empresarial e da sociedade como um todo e, também, na perspectiva da regulação entre os territórios.

Resumindo, a relação entre capital social, território e desenvolvimento pode ser apresentada como uma tríade: localização/interação que valoriza as características da territorialidade dos recursos locais/regionais, em sua ampla e diversificada composição ambiental e socioeconômica, básica para sua inserção nas redes nacionais e globais; territorialização/identidade que complementa a perspectiva anterior ao reforçar o sentimento de pertencimento ao lugar e/ou região, através da valorização de suas raízes históricas e culturais e coesão/cooperação (organização / institucionalização / projeto). Tudo isto deve se expressar na maximização da integração social que possa se traduzir em solidariedade, capacidade organizacional e institucional em torno de interesses comuns, além da formatação de projetos de mudança (desenvolvimento), em um amplo e dinâmico contexto competitivo. A integração entre estes três grandes blocos é, portanto, fundamental para a plena consecução da relação entre dinâmica social, território e desenvolvimento.

Um exemplo recente e significativo de dinâmica sócio territorial, em nível regional é o que se remete ao Estado do Rio Grande do Sul:

A maneira de pensar o futuro dos municípios da região nordeste do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista organizado e regional, começa a tomar forma com o Fórum Regional de Planejamento Territorial, Urbano e Rural. O espaço surgiu a partir da identificação de pontos comuns por representantes das cidades de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) da Serra das Hortências, do Caí e dos Campos de Cima da Serra, que participaram dos cursos de qualificação para confecção dos planos diretores, urbano e rural, coordenados pelo Instituto de Administração Municipal da Universidade de Caxias do Sul (UCS). A ideia de manter um fórum permanente para integração entre municípios possibilitou, em dois encontros efetuados em Caxias do Sul, levantar questões como a qualificação do servidor público como condição fundamental para a boa gestão pública, a proximidade da administração com a comunidade e, ainda, o planejamento a longo prazo estabelecendo as diretrizes para o crescimento disciplinado (ARRUDA, 2007, p. B-12).

No início do século XXI, o Brasil implantou uma legislação diversificada consolidando uma longa aspiração da sociedade, expressa através de dinâmicos movimentos sociais, que pode

dar embasamento institucional para os processos que priorizem a redução dos desequilíbrios econômicos e das desigualdades sociais, em diferentes escalas e ambientes.

Portanto, a dinâmica dos movimentos sociais (Capital Social) e as inovações na legislação (Estado) surgem como forças potencialmente favoráveis para a redução dos desequilíbrios e desigualdades em diferentes escalas e contextos. No campo empresarial, percebe-se, também, uma crescente valorização do território em sua relação com o crescimento, determinando uma mudança nas suas relações com o Estado, em suas diversas instâncias e escalas, com a sociedade como um todo e entre as próprias empresas.

O dinâmico papel dos movimentos sociais crescerá em importância se estiver articulado com os novos contextos públicos e privados, o que certamente gerará conflitos, mas também, provocará a busca de consensos e de solidariedade, fundamentais no processo de territorialização em busca da valorização do bem comum. É a tese que defendo que poderia ser chamada de governança territorial (SILVA, 2010).

3. MOVIMENTOS SOCIAIS RECENTES NA AMÉRICA LATINA

A ótica de análise de Harber (1996) e Cardoso (1972) destaca os aspectos institucionais, com grande atenção para o papel do Estado e dos atores políticos-institucionais, nos movimentos sociais latino-americanos. A sociedade civil é pouco considerada, numa abordagem que se aproxima mais da teoria de Mobilização Política.

A distribuição dos movimentos em termos espaciais foi bastante diferenciada na América Latina, embora tenham ocorrido na totalidade de seus países. Nos países mais industrializados os movimentos surgiram, em princípio nos grandes centros, articulados a redes movimentalistas em que se destacaram a Igreja, os sindicatos e alguns partidos de oposição ao regime político da época. Dos grandes centros espalharam-se para outras regiões. Nos países de estrutura econômica de base mais agrária, os pequenos vilarejos aglutinaram as ações, com caráter mais de rebeliões, mais próximas dos modelos clássicos de rebeliões populares (WOLF, 1969). Os repertórios utilizados também criaram agendas diferenciadas para os movimentos: questões étnicas, suprimento de gêneros e serviços sociais de primeira necessidade, onde o alimento tem centralidade, demandas por terra e moradia, por educação e demandas consideradas “modernas” ao redor de questões de gênero, com destaque para as lutas das mulheres em todas as frentes (NAVARRO, 1989).

O Brasil concentrou a maioria dos movimentos nas últimas três décadas, talvez devido à sua extensão territorial e ao número de sua população, comparadas com a dos outros países

latinos e ao grau de desenvolvimento industrial do país, particularmente, nas regiões Sudeste e Sul. México, Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia, também apresentaram muitos movimentos populares. No México, destacaram-se os zapatistas, principalmente nos anos 70 e os habitantes de Chiapas, nos anos 90, com estilos de ação coletiva no meio rural muito diferentes. Enquanto os zapatistas foram caracterizados como anticapitalistas por protestar contra agentes do capitalismo agrário que violaram as terras e culturas de seus ancestrais (ZAMOSK, 1989), os habitantes de Chiapas utilizaram a Internet e toda a infraestrutura do capitalismo para denunciar a mesma opressão que sofrem há séculos (CASTELLS, 1996a). Na área da educação, o México teve movimentos sociais dos professores tão importantes quanto os do Brasil (FOWERAKER, 1993). Na Bolívia, os movimentos de populações pobres de origem indígena foram predominantes, como dos Aymaras, além de inúmeros movimentos e protestos de trabalhadores das minas (NASH, 1989).

O Peru foi palco de um dos movimentos mais controvertidos da realidade latino-americana, o Sendero Luminoso, caracterizado como guerrilha rural (WICKHAM-CROWLEY, 1989; McCLINTOCK, 1989). Em dezembro de 1996 e janeiro de 1997, o Movimento Revolucionário Túpac Amaru, criado em 1983, desenvolveu uma das mais audaciosas ações no continente latino-americano do século XX: a invasão e o aprisionamento de mais de seiscentas pessoas que participavam de uma festa em homenagem ao aniversário do imperador japonês, na casa do embaixador do Japão, no Peru. A ação foi realizada por cerca de quinze membros da organização e entre os convidados da festa, que se tornaram reféns dos tupamaros, estavam vários embaixadores, representantes civis e militares, membros do governo peruano, assim como personalidades do mundo empresarial em atuação no Peru. Os líderes do grupo demandavam a libertação de mais de trezentos de seus companheiros, presos no Peru, pela Polícia do presidente Alberto K. Fujimori, nos últimos anos. O fato foi manchete nos jornais do mundo todo. O *New York Times* caracterizou, em seus editoriais, o movimento como “guerrilha marxista”, transmitindo uma mensagem em que marxismo e guerrilha eram tratados como sinônimos. Após 126 dias de cativeiro, ainda restavam 73 reféns. Por meio de uma ação violenta das Forças Armadas peruanas, comandadas pelo próprio presidente Fujimori, que contou com o apoio de potências internacionais, os 72 reféns foram libertados, um morreu e os 15 guerrilheiros morreram massacrados.

O Chile teve ciclos bem diferenciados de movimentos sociais, pré-regime militar, fase de intensa participação política que culminou com a eleição de Salvador Allende e a fase da redemocratização, depois da era militar de Pinochet (RAZETO, 1984; VALDEZ, 1986; OXHORN, 1995).

Na Argentina, destacou-se um grande número de movimentos de direitos humanos, sendo o das “Mães da Praça de Maio”, o mais significativo na história da transição política do país.

A América Central (Nicarágua, Guatemala, Haiti, República Dominicana, Costa Rica, Panamá e El Salvador) apresentou quadros específicos de movimentos sociais, relacionados com processos de libertação nacional ou com a atuação de pastorais da Igreja e movimentos de comunidades de base, ou com ambos. O assassinato do arcebispo Romero, em El Salvador foi um marco histórico naquelas lutas (LEVINE, 1986; SCOTT, 1986).

A região do Caribe, também, registrou movimentos sociais. Cuba pelas características de seu regime político teve um cenário específico na área da ação coletiva: organizações de moradores baseadas em critérios geográfico-espaciais, em âmbito local, voltadas para tarefas coletivas cotidianas organizadas pela planificação e administração central ou campanhas coletivas, também organizadas pelos órgãos de planificação com o objetivo de criar frentes de trabalho em áreas definidas como prioritárias. Há, ainda, alguns pré-movimentos sociais, tipo insurreição ou rebelião, organizados no exterior, a partir de cidadãos que lutavam pela transformação do regime político existente na referida área.

3.1 Equador: Movimento da Cadeira Vazia

A *Cadeira Vazia* (Silla Vazia – SV) preceituada pela nova Constituição do Equador de 2008 é um dispositivo que oferece aos cidadãos um assento nas reuniões dos governos locais, para que possam tomar parte no processo de decisão, envolvendo questões de interesse comum.

Alguns governos locais ainda tiveram de emitir ordens *ad hoc* para regular o uso da *Cadeira Vazia*, enquanto o legislativo expedia a lei normativa que regula a existência da mesma. Essa lei foi aprovada em 2010. O artigo 101 da Constituição estabelece que:

As sessões dos governos autônomos descentralizados sejam públicas e nelas a *Cadeira Vazia* deverá existir e será ocupada por um representante ou um cidadão representativo para tratar das questões a serem abordadas, a fim de participar na discussão e na tomada de decisão.

A *Cadeira Vazia* integra a extensa inovação institucional, aberta há duas décadas na América Latina, em torno da participação cidadã no processo democrático que ganhou

expressão, redefinindo em vários países da região as coordenadas gerais de seus regimes políticos.

As novas constituições da Venezuela, Bolívia e Equador são particularmente ilustrativas desse processo, pois, na definição da soberania popular concedem *status* iguais às instituições democráticas representativas e à participação direta dos cidadãos. Essa orientação entrou em confronto com as concepções elitistas da democracia, tanto pela centralidade outorgada pelo monopólio decisório dos eleitos, como por sua estrita adesão a uma visão liberal da representação política.

A *Cadeira Vazia* trata de um mecanismo que coloca pressão sobre o simples contraste entre os cidadãos e as elites políticas ou entre participação e representação. Assim, de acordo com a Constituição Equatoriana, a *Cadeira Vazia* é um dispositivo projetado desde o início para a participação popular que acaba por conferir representação aos cidadãos em um órgão deliberativo, isto é, os conselhos do governo local, com poder de tomar decisões que afetam toda a sociedade local. Embora qualquer processo participativo exija determinados níveis de delegação dos cidadãos, essa regulamentação faz da representação da sociedade civil o núcleo do dispositivo.

Novas formas de representação brotam do próprio mecanismo que amplia a participação cidadã na comunidade política. A pluralização das práticas de representação corrobora os processos de inovação democrática na região.

Observou-se que a definição constitucional da *Cadeira Vazia* articula dois aspectos da participação cidadã: a capacidade dos cidadãos de tomar parte nos debates que incluem a adoção de decisões e o que diz respeito à aplicação de dinâmicas específicas de representação social no espaço político.

Quanto ao procedimento específico de estruturação da representação da sociedade civil por meio da *Cadeira Vazia*, há três princípios fundamentais: a) A designação de assembleias: a lei estipula que os cidadãos que ocupam a *Cadeira Vazia* serão eleitos em assembleias locais, reuniões ou audiências; b) A representação temática: os pedidos para ocupar a *Cadeira Vazia* são feitos em função de temas específicos que a cidade procura submeter à discussão do conselho local. Os delegados da *Cadeira Vazia* representam problemas públicos e não pessoas e c) A responsabilidade política dos delegados: os cidadãos representantes, bem como os representantes políticos estão sujeitos à prestação de contas e possíveis sanções administrativas, civis e criminais.

Tais princípios formam uma base de configuração da representação democrática fundamentando-se na designação eleitoral de representantes, na participação individualizada

(por meio do voto), na vinculação entre representação, circunscrição territorial e partidos políticos e em uma dinâmica de controle sujeita à lógica de pesos e contrapesos institucionais ou como efeito da mesma competência eleitoral.

O imperativo de passar por uma instância associativa como um requisito para que determinado cidadão ocupe a *Cadeira Vazia* abre a opção para que as instâncias, mesmo que difusas, exijam de seus delegados a prestação de contas de suas ações (GALLEGOS, 2013).

3.2 O Movimento Zapatista

Há pouco mais de trinta anos, um grupo de seis militantes de esquerda, sendo três indígenas embrenharam-se nas selvas do estado de Chiapas, um dos mais ricos e desiguais do México, com o objetivo de constituir um foco de resistência aos avanços das políticas que atentavam contra o bem estar da população mexicana, promovendo a privatização e a concentração das propriedades rurais. Tendo em vista o aprendizado com as comunidades indígenas descendentes dos povos maias, consolidou-se uma nova luta, a qual misturou a formação socialista dos militantes com a cultura indígena, baseada na organização comunitária, nas decisões coletivas e na luta pela autonomia. Além disso, desenvolveu-se uma sólida formação militar, tendo como estratégia, o conhecimento do território da Selva Lacandona.

Quando os Estados Unidos, Canadá e México assinaram o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), estabelecendo definitivamente a economia mexicana como apêndice da maior economia mundial, os indígenas de Chiapas tornaram pública a luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Em 1 de janeiro de 1994, os zapatistas ocuparam cidades da região com o intuito de anunciar sua luta e expulsar latifundiários instalados em suas antigas terras. Uma das bandeiras dos zapatistas foi a recuperação das terras comunitárias, *el ejido*.

A alusão à Emiliano Zapata, líder guerrilheiro da Revolução Mexicana do início do século XX (1910-1920), deveu-se à perspectiva rural da sua luta e pelo objetivo da autonomia, pois os indígenas liderados por Zapata lutaram contra a concentração fundiária, desejando retomar os *ejidos* como política agrícola. Todavia, a demanda pelo restabelecimento do sistema de terras comunitárias só foi atendida por Lázaro Cárdenas (1934-1940), o qual ampliou de 6,3% para 22,5% a participação *ejidal* nas terras agrícolas.

Apesar dessa medida, o presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), com uma clara agenda neoliberal atacou mais duramente as propriedades comunitárias. Sob a proposta da promoção de uma “reforma agrária” que tinha por objetivo impulsionar a produção agrícola,

Salinas aprovou, em 1991, mudanças nas leis agrárias que viabilizaram a venda de *ejidos*, levando a um aprofundamento da concentração fundiária.

O processo inicial de lançamento do movimento inaugurou um intenso diálogo com as comunidades indígenas que compunham sua base. A coordenação do movimento consultou cerca de quinhentas comunidades indígenas que optaram pelo conflito armado.

Orientados pela Organização do Movimento Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General (CCRI-CG), o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) promoveu uma revolta de resistência às políticas neoliberais, retomando terras e ocupando sete capitais municipais de Chiapas. O movimento fez sua primeira *Declaración de La Selva Lacandona*, na qual traçou seu histórico de formação, explicou que sua luta vinha de *abajo y a la izquierda*, apresentou sua insígnia de luta *democracia, libertad y justicia* e conclamou todo o povo mexicano a integrar-se à luta.

O conflito armado foi intenso, porém de curta duração, porquanto as forças “legais” eram mais fortes que as rebeldes. Entretanto, a capacidade destas de utilizar o território a seu favor permitiu-lhes uma sólida resistência. A população mexicana mobilizou-se contra o conflito armado e as partes negociaram um cessar-fogo, após um mês do início dos enfrentamentos. Na ocasião, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) decidiu, após consulta às suas bases e, fundamentado na percepção da vontade da maioria do povo mexicano manter o cessar-fogo ofensivo indefinidamente, salvaguardando seu poderio militar apenas para ações defensivas, começando a empreender uma luta não militar, com as mesmas bandeiras, mas com outro método.

Desde então, o movimento passou a viver uma luta constante, com maior ou menor tensão com o Estado mexicano, de acordo com o governo que estiver à testa do país. Houve uma tentativa de resolução dos conflitos por meio dos *Acuerdos de San Andrés*, em 1996. Entretanto, o não cumprimento do acordo pelo governo fez com que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) buscasse encaminhar as demandas de forma autônoma, embora, nesse período, não tenha havido ataques militares governamentais explícitos às comunidades zapatistas. Todavia, tem-se notícia da existência de conflitos com grupos paramilitares, alguns apoiados pelo governo. Por outro lado, o Estado buscou enfraquecer a luta com tentativas de cooptação de comunidades e com simulações de acordos com comunidades pretensamente zapatistas, constituindo o que os indígenas chamaram de *guerra de baja intensidad*.

Como resposta ao contexto acima explicitado, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) passou a realizar grandes marchas e atos, tendo como objetivo principal mostrar à população mexicana que sua luta segue em frente.

Na sua última Declaração, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) reforçou o caminho da luta política com iniciativas pacíficas, destacando o objetivo de:

Defender, apoiar e acatar as comunidades indígenas que integram e são seu comando supremo e, sem interferir em seus processos democráticos internos e dentro de suas possibilidades, contribuir para o fortalecimento de sua autonomia, bom governo e melhora de suas condições de vida (*Declaraciones de La Selva Lacandona*, 2005).

O abandono dos *Acuerdos de San Andrés*, que previam o direito à livre determinação dos povos indígenas e sua autogestão política comunitária fez os zapatistas buscarem sua autodeterminação unilateralmente. As comunidades começaram a articular-se em *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas (Marez)*, organizados em instâncias maiores, denominadas inicialmente *Aguascalientes*, em referência ao estado onde em 1914 foi realizada a Convenção Revolucionária que reuniu as forças progressistas da Revolução Mexicana.

A partir de agosto de 2003, essa articulação de comunidades indígenas zapatistas passou a chamar-se *Caracol*, coordenada por representantes de cada município na *Junta Buen Gobierno*. Atualmente, os zapatistas integram centenas de comunidades organizadas em 27 *Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas (Marez)*, que se articulam em cinco *caracoles*: *La Realidad, Morelia, La Garrucha, Roberto Barrios e Oventic*. Cada comunidade tem seu *Gobierno Local*, que indica representantes para o *Consejo Autónomo* de seu município e estes definem os integrantes da *Junta Buen Gobierno*. A “remuneração” desses representantes é definida e fornecida por sua comunidade e, em geral, é composta de alimentos oferecidos pelo resto da comunidade ou de ajuda na colheita de suas terras para garantir a sobrevivência de sua família. Além disso, esses representantes poderão ser destituídos a qualquer momento.

O território zapatista entrelaça-se com a divisão política formal do território mexicano. Ao trafegar-se por uma estrada depara-se com o seguinte aviso: “Você está entrando em território zapatista”. Pode-se dizer que a estrutura política que o movimento vem consolidando é um não Estado dentro de um Estado. Nota-se que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) conseguiu conquistar um sólido respeito pela sua resistência militar e pela legitimidade conquistada junto ao povo mexicano, garantindo-lhe um pacto de não agressão nesse cenário contraditório.

3.3 Os Movimentos Sociais Brasileiros entre 1978 e 1989

A categoria teórica básica para a análise dos movimentos sociais era o da autonomia, no período em questão. Na realidade tratava-se mais de uma estratégia política embutida no olhar sobre os movimentos populares, pois reivindicava-se um duplo distanciamento. De um lado, em relação ao Estado autoritário, de outro lado, no que dizia respeito às práticas populistas e clientelistas presentes nas associações de moradores, nos sindicatos e nas relações políticas em geral (o corporativismo era também negado como prática não-democrática e impeditivo para a manifestação das novas forças sociais que estavam sufocadas no cenário de um regime militar autoritário).

Os fundamentos sobre a questão da autonomia eram difusos. Matrizes do socialismo libertário do século XIX, assim como do anarquismo estavam embutidas, gerando concepções contraditórias.

A abordagem do paradigma marxista enfatizava os aspectos estruturais e analisava questões da reprodução da força de trabalho, de consumo coletivo e da importância estratégica dos movimentos para mudanças no próprio Estado capitalista. A problemática da crise de hegemonia das elites era um outro ponto central nesses estudos.

Mas, embora tenham ocorrido alguns equívocos nas análises, dados pelas próprias contradições que traziam em seu interior, no plano da ação concreta elas contribuíram para subsidiar um projeto de mudança social em que os movimentos sociais populares urbanos tiveram papel de destaque. Eles eram vistos como fontes de poder social. A relação dos movimentos com o Estado era vista em termos de antagonismo e oposição.

As mudanças na conjuntura política, no início dos anos 80, alteraram o cenário. No campo popular começou-se a indagar e a questionar o caráter novo dos movimentos populares. No campo das práticas, não exclusivamente populares, teve início o interesse por parte dos pesquisadores, por outros tipos de movimentos sociais tais como o das mulheres, os ecológicos e os dos negros e índios. Foram movimentos que ganharam expressão naquela década, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil, ao final dos anos 70. Em alguns casos, estiveram articulados à luta popular como no caso das creches e de algumas alas do movimento feminista.

Quanto à primeira, o novo passou a ser referência para movimentos que demandavam não apenas bens e serviços necessários à sobrevivência cotidiana, característica básica das ações dos movimentos populares que inscreviam suas demandas mais no campo dos direitos sociais tradicionais: direito à vida com reivindicações de alimento, abrigo e outras condições básicas de sobrevivência elementar do ser humano.

O denominador comum nas análises dos novos movimentos sociais, no Brasil, foi a abordagem culturalista, em contraposição à marxista, presente com mais força na análise dos movimentos populares. Aos poucos, as análises destes últimos passaram a priorizar a questão da construção da identidade coletiva dos grupos e a deixar as questões das contradições urbanas e dos meios coletivos de consumo, totalmente de lado.

Ainda, nos primeiros anos da década de 80 do século XX, no plano da realidade brasileira, novos tipos de movimentos foram criados, frutos da conjuntura político-econômica da época. Foram movimentos que se diferenciavam tanto dos movimentos sociais clássicos, dos quais o movimento operário era sempre tido como exemplo, como também, dos “novos” movimentos sociais surgidos nos anos 70 (do século XX), populares e não populares. Foram os movimentos dos desempregados e das Diretas Já, que se definiam no campo da ausência do trabalho e na luta pela mudança do regime político brasileiro. As questões complexas que surgiram ao final dos anos 80 relativas ao plano da moral e da ética na política estiveram presentes embrionariamente naqueles movimentos. Sua importância é dada pelo papel que desempenharam na política brasileira. O das Diretas Já, por exemplo, surgiu no momento de pico de um ciclo de protestos, contra o regime militar e a política excludente de desemprego, demarcando o início de um novo ciclo de protestos, então centrado na questão da Constituinte.

A profissionalização ou “liberação” estava apenas a serviço do movimento, produzindo efeitos contraditórios, criando uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, se aproximou das ONGs e elaborou pautas e agendas de encontros e seminários (nacionais nos anos 80 e internacionais, nos anos 90, como a Eco-92, a Conferência de Estocolmo, em 1995, o Encontro Mundial das Mulheres em Beijim, em 1995, o Habitat-96, na Turquia, etc.). Fora das agendas dos encontros, a outra grande prioridade referia-se às eleições. Certamente, foram eficazes porque por duas vezes, o candidato apoiado por uma maioria de movimentos chegou ao final das eleições para a presidência do país. Mas a consolidação dos movimentos, enquanto estruturas da sociedade civil foi um projeto que, nos anos 90, seria reconhecido como não-realizado, embora tenha sido apontado não como um fracasso, mas sim como um projeto utópico, dentro do cenário político dos anos 70 e 80 do século XX, quando o Estado era visto como um inimigo. Ao final dos anos 80, quando o Partido dos Trabalhadores ascendeu ao poder em várias prefeituras municipais, houve uma redefinição de posturas políticas e a problemática principal passou a ser a da capacitação técnica das lideranças populares para atuar como co-partícipes das políticas públicas locais. Foi um período de muitos estudos e seminários sobre o poder local, pois vários dirigentes de movimentos tornaram-se dirigentes de órgãos públicos.

Do ponto de vista da produção de conhecimento sobre os movimentos sociais, o “novo” deste último período deve ser visto numa dupla dimensão: como construtor de espaços de cidadania, com as novas leis que se estabeleceram no país e com a reviravolta teórica que passou a ocorrer no plano das análises. Na primeira, o exemplo maior foi dado pela nova Constituição brasileira, em especial, no capítulo sobre os novos direitos sociais. Na segunda, destacaram-se as novas categorias que passaram a ser introduzidas na agenda dos analistas sobre os movimentos sociais: a questão do cotidiano em Agnes Heller (1981); a problemática da relação entre a democracia direta e a democracia representativa em Norberto Bobbio (1992) e a questão das esferas pública e privada, enquanto espaços de participação social para a construção da democracia, em Hanna Arendt (1981).

A categoria da autonomia, tão importante nos anos 70 (do século XX), passou a ser um tanto problemática, pois a partir de 1982, com as mudanças no cenário político, os movimentos foram convidados a participar de mesas, câmaras e conselhos de negociações. Num primeiro momento, redefiniu-se autonomia em termos de autodeterminação. O aprofundamento do processo de transição democrática, com a ascensão de líderes da oposição, de vários matizes, a cargos no parlamento e na administração de postos governamentais levou, progressivamente ao desaparecimento, a questão da autonomia dos discursos dos movimentos e das análises dos pesquisadores.

No plano das análises, os anos 90 enfatizaram duas categorias básicas: o da cidadania coletiva e o da exclusão social. A primeira, já presente na década anterior, apresentou como novidade, pensar o exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente, a partir de 88 e que desenvolveram um novo aprendizado, pois não se tratava apenas de reivindicar, pressionar ou demandar. Tratava-se, agora, de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada, já que o lugar da participação estava inscrito em leis e era uma realidade virtual.

A segunda, relativa à exclusão decorria das condições socioeconômicas que passaram a ser imperativas, causadoras de restrições e situações que Durkheim (1933), certamente, caracterizaria como anomia social: violência generalizada, desagregação da autoridade estatal e surgimento de estruturas de poder paralelas. As análises enfatizaram os efeitos destes sistemas de desagregação social sobre as estruturas organizativas da população.

Em relação às influências teóricas e aos paradigmas adotados, a crise das esquerdas, do marxismo e dos modelos socialistas do Leste Europeu deixou como saldo, um certo abandono das teorias macroestruturais, que enfatizavam a problemática das contradições sociais e viam nas lutas e movimentos, um dos fatores de acirramento daquelas contradições. As referências

deixaram de ser sujeitos históricos predeterminados, ou com alguma vocação ou missão a desempenhar, como a categoria dos operários, por seu lugar na estrutura de produção ou a categoria das classes populares, coletivo socialmente heterogêneo, em termos da inserção no mercado de trabalho, mas homogêneo em termos de demandas sociais, modo de vida e consumo restrito. A nova referência são os novos atores sociais: mulheres, jovens, negros, índios, pobres, os excluídos e separados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. É como se não adiantasse mais lutar para integrá-los, pois estariam excluídos (BUARQUE, 1992; NASCIMENTO, 1994).

Isso significava que, a cidadania por ser um conjunto de direitos e obrigações, era um contrato social que variava com o tempo.

Estudos recentes (BAIARLE, 1994) apontaram alguns limites no uso que se tem feito da categoria da cidadania pensada dentro de uma lógica de pertencimento ou exclusão, fundada na tradição liberal, pressupondo espaços, sujeitos e lugares previamente definidos, numa análise linear e estática. Esta interpretação dificultaria o entendimento da construção de espaços de interpretação entre o público e o privado, presente por exemplo, na política de certos tipos de conselhos.

Habermas (1985) criou a categoria do “agir comunicativo” para o entendimento das ações presentes nos movimentos, vendo nessas ações, possibilidades de geração de novas formas de relações de produção, contribuindo para resolver problemas de produtividade ou de impasses em áreas econômicas em crise. As possibilidades que os “novos” movimentos sociais encerram, em termos de novas propostas que incluem uma nova qualidade de vida foram analisadas, por Offe (1988).

3.4 Movimentos Sociais e ONGs no Brasil nos Finais do Século XX e Inícios do Século XXI

Nos anos 90 (século XX) redefiniram-se os cenários das lutas sociais no Brasil, deslocando alguns eixos de atenção dos analistas. Os movimentos sociais populares urbanos dos anos 70 e 80 alteraram-se substancialmente. Alguns entraram em crise interna: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas e de confiabilidade e legitimidade junto à própria população.

O movimento popular rural cresceu e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), criado em 1979, em Santa Catarina, espalhou-se por todo o Brasil, realizando centenas de ocupações de terras e organizando-se em acampamentos, lutando pela obtenção da posse da terra em assentamentos criados pelo governo (ou reconhecidos por ele, após a área já

estar ocupada). Além disso, criou cooperativas de produção e comercialização, fundou escolas de formação para as lideranças, elaborou cartilhas para as escolas de primeiro grau e organizou-se em nível nacional, impondo as diretrizes gerais que tiveram dificuldades para suas operacionalizações, dadas as diferenças culturais entre as populações rurais de norte a sul do país.

O movimento mudou as suas diretrizes programáticas e alterou sua filosofia política. Na origem, nos anos 70, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) esteve associado à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nos anos 80, passou a contar com dirigentes ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), fundamentando seu projeto no socialismo marxista. Nos anos 90, abandonou os seus ideais socialistas, redefinindo suas estratégias, com o objetivo de se inserir numa economia de mercado, tornando seus assentamentos produtivos e voltados para o mercado externo e não apenas para o consumo de subsistência.

Mas, os anos 90 trouxeram o recrudescimento da luta no campo. Centenas de trabalhadores foram mortos em conflitos pela posse da terra e uma parte deles foi assassinada. O cenário ficou tão sombrio que alcançou a mídia internacional. A eliminação de dezenove sem-terra no sul do Pará, em abril de 1996, foi manchete nos principais jornais do mundo. Neste mesmo ano foi recriada a União Ruralista Brasileira (UDR), entidade dos proprietários de terras, desativada desde 1992. Os conflitos no Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, ganharam nesse período, as manchetes dos principais jornais e noticiários do país. O MST transformou-se no maior movimento popular do Brasil, nos anos 90. Entre 1994 e 1997, a atuação do MST se ampliou consideravelmente, passando a elaborar projetos para a reforma agrária. O problema do aumento da violência urbana, gerada pelo desemprego levou a sociedade brasileira, de um modo geral, a apoiar a luta dos sem-terra, pela reforma agrária na esperança de fixar o homem no campo, diminuir a pobreza nas cidades e restringir a violência. Assim, a reforma agrária deixou de ser um tabu no Brasil, passando a construir uma nova representação sobre essa realidade. A “causa” dos sem-terra passou a ser considerada justa nas pesquisas e enquetes de opinião pública, embora a grande maioria rejeitasse as “invasões de terras” como forma de pressão.

Surgiram ainda, nos anos 90, novos movimentos sociais centrados em questões éticas ou de revalorização da vida humana. A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e corporativismo e os escândalos na vida política nacional levaram a reações no plano moral.

Ao contexto econômico, político e social acrescentaram-se características internas das duas instituições principais que deram origem ao “Viva Rio”. O Instituto de Estudos da Religião (ISER) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) estavam vivendo os efeitos da reestruturação das políticas de financiamento aos chamados trabalhos de base no país. Esta reestruturação alterou o modelo de apoio dado às ONGs brasileiras, antes de caráter mais assistencialista, baseado na doação de recursos financeiros, mediante apresentação de projetos para um modelo auto-sustentável, no qual o apoio financeiro era parcial e condicionado à geração de “produtos” ou fontes de geração de rendas e recursos. O ISER e outras ONGs brasileiras ligadas às Igrejas, como o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) de São Paulo, passaram por reestruturações administrativas internas, subdividindo-se e alterando seus programas em função das novas políticas internacionais.

Observou-se, também, que o “Viva Rio” não estabeleceu vínculos com nenhum partido político, demarcou um espaço simbólico e passou a operar por meio de projetos culturais, junto às comunidades jovens em favelas, em torno da questão dos “funkeiros”, prática cultural que se tornou muito popular no final dos anos 80, principalmente, entre jovens das periferias, subúrbios e favelas. Notou-se que a atuação do “Viva Rio” junto aos funkeiros foi uma resposta aos arrastões, no sentido de realizar um trabalho voltado àquele grupo, destacando a parte cultural, retirando todo o conteúdo de violência que a mera aglomeração anterior dos funkeiros nos bailes, poderia vir a ter. Por isso, o “Viva Rio” teve o apoio da mídia e de alguns setores governamentais, bem como foi boicotado por empresas capitalistas.

O “Viva Rio” se estruturou baseado nas premissas de desenvolvimento do trabalho comunitário-solidário, no terceiro setor, a partir de uma rede de parcerias entre entidades públicas e privadas, voltado para questões sociais, mas de uma forma não relacionada com sindicatos ou partidos políticos, centrado na esfera cultural. Duas outras novidades devem ser assinaladas no cenário das ações coletivas dos anos 90, quais sejam: o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, coordenadas por ONGs como a Associação Brasileira de ONGs (ABONG) ou a criação de estruturas macrocentralizadoras de vários movimentos sociais como a Central dos Movimentos Populares (CMP), que após mais de dez anos de discussões e ensaios preliminares passou a aglutinar todos os movimentos sociais que já gravitavam ao redor da CUT.

Atestou-se, ainda, o surgimento e/ou desenvolvimento de movimentos internacionais, produtos típicos da era da globalização, grandes ONGs internacionais, como o Greenpeace, a Rainforest e a Anistia Internacional, as quais criaram no Brasil, sedes, passando a atuar em programas diretos com a população, sendo um misto de ONG e movimento social (GOHN, 1997).

Portanto, o “novo” dos movimentos sociais se redefiniu nos anos 90 e, isto se fez em duas direções. Primeiro, deslocando o eixo das reivindicações populares, antes centradas em questões de infraestrutura básica ligadas ao consumo coletivo (transportes, saúde, educação e moradia), para reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos, objetivando garantir um suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual de alimento, como na campanha da Ação da Cidadania, Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida (GOHN, 1996), ou terra para produzir, no caso dos sem-terra. Houve a retomada da questão dos direitos sociais tradicionais, nunca antes resolvido no país, como o direito à vida e à sobrevivência. O aumento da miséria, em particular, nos grandes centros urbanos foi o principal fator explicativo dessa primeira direção.

O segundo, localizou-se no plano da moral, ganhando lugar central como eixo articulador dos fatores que explicavam a eclosão das lutas sociais. A indignação diante da ausência de ética na política e a agressão a certos valores consensuais da sociedade em relação à gestão da coisa pública foram fatores que levaram à eclosão de movimentos sociais de base pluriclassista, liderados pelas camadas médias e articulados em torno de problemáticas de gênero, raça e idade, dando lugar a lutas cívicas e verdadeiras cruzadas nacionais.

Duas outras tendências se fortaleceram no cenário social brasileiro nos anos 90, com relações diretas com a temática dos movimentos sociais: o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente, no âmbito do poder local. Estas tendências são faces complementares das novas ênfases das políticas sociais contemporâneas, particularmente nos países industrializados do Hemisfério Sul.

Como os conflitos sociais, via de regra, não são mais resolvidos pelo uso da força, mas nas mesas de negociação, pautados por mecanismos jurisdicionais de controle, as elites políticas estimularam o surgimento de movimentos sociais a seu favor, não voltados contra o Estado, mas expressão de seus interesses e das políticas que buscavam implementar. São coletivos que nortearam suas concepções a partir da lógica de resultados, na qual sua obtenção dependia do grau de integração à máquina estatal, integração essa que se fez de forma subordinada. Exemplos destes são: a Força Sindical, no movimento operário e a rede de movimentos que se construiu ao redor do programa Comunidade Solidária, no interior do próprio governo.

Nos locais onde existiam movimentos organizados, o novo paradigma da ação social gerou redes de poder social local. Essas redes eram formadas pelas lideranças dos antigos movimentos, por uma base militante pequena que passou a assumir o papel de responsável por etapas ou processos dos projetos em andamento e por técnicos das ONGs.

Nos locais onde não existiam movimentos organizados, nem população minimamente aglutinada em torno de interesses coletivos, os novos programas sociais de parceria foram implantados como “serviços sociais”, ou seja, não como direitos, mas como prestação de serviços, despolitizando, totalmente, os programas, desvinculando-os de qualquer conteúdo político e retrocedendo à problemática da cidadania de seus termos coletivos para os antigos patamares da cidadania individual.

Ainda, no decorrer dos anos 90, registrou-se a questão da participação da população nas estruturas de conselhos e colegiados criadas por exigências da Carta Magna de 1988 ou como fruto de políticas específicas.

Foi no âmbito da elaboração do orçamento municipal e das câmaras de negociações setoriais da economia que surgiram as experiências mais criativas e inovadoras, representando as estruturas colegiadas ou conselheristas novas, como políticas específicas. Fruto da relação entre a dinâmica societária e as políticas institucionais, os novos espaços de interação entre o governo e a população geraram ações políticas novas, em que a construção dos interesses passou por intrincadas tramas de articulações e mediações, possibilitando o surgimento da vontade coletiva, no sentido plural, não corporativo. Essas novas experiências redefiniram conceitos já clássicos na ciência política, como os de espaço público e espaço privado, construindo um novo conceito, o do público não estatal.

Portanto, a relação da sociedade civil organizada com o Estado apresentou outra natureza nos anos 90, bem distinta dos confrontos nos anos do regime militar ou das negociações, assembleias e consultas populares dos primeiros anos da Nova República. Hoje, as arenas de negociação estão normatizadas e a institucionalidade da relação sociedade organizada-poder público é um fato. As agendas dos órgãos públicos contemplam a interação com a sociedade civil, mas essa interação ainda ocorre segundo os interesses e regras estabelecidos pelas elites ou grupos que estão no poder (GOHN, 1997).

3.5 Os Movimentos Sociais ocorridos no Brasil, em Junho de 2013

Segundo análises e avaliações realizadas após as manifestações de junho de 2013 foram identificados doze fatores entrelaçados naqueles movimentos: a conjuntura política brasileira, a crise de representação e de participação política, as inspirações internacionais, o histórico recente da luta pela redução da tarifa dos transportes, a força da pauta do transporte público, o momento da Copa das Confederações, a força do modelo de manifestações, a potência das redes

sociais e das narrativas independentes, a violência policial contra manifestantes e jornalistas, a demora na reação dos governantes, a ação da mídia tradicional e, finalmente, as múltiplas narrativas e vivências dos atos.

Até a metade do mês de junho, a pauta das manifestações estava clara: contra o aumento das tarifas do transporte público e contra as remoções e o mau uso do dinheiro público na Copa do Mundo. A partir da segunda quinzena do mês de junho, a pauta se ampliou, num processo que foi influenciado por ações organizadas na internet e pelos meios de comunicação tradicionais. Surgiram, nos protestos, dezenas de cartazes contra a corrupção e em defesa de melhores serviços de saúde e educação. Outras pautas mais pontuais, como a defesa da derrubada da PEC 37, também ganharam as ruas. Além disso, o verde e amarelo da bandeira brasileira e os discursos cívicos passaram a dividir as ruas com o vermelho e o preto e as palavras de ordem da esquerda.

Assim, foi possível construir uma leitura com base em alguns fatos e observações:

- A repressão policial despertou a indignação do povo, logo transformada em desejo de participação;
- Na segunda etapa do mês de junho, o cenário começou a mudar, denunciando os problemas de corrupção;
- Além das questões relativas às passagens vigoraram a corrupção e a criminalidade;
- As redes sociais e os meios de comunicação tradicionais entraram em comunhão;
- Setores não previamente engajados mobilizaram-se nas ruas, num processo que podia ser identificado como a afirmação do direito de estar nas ruas, bem como a retomada do direito da população de ditar os rumos da sociedade;
- Tornou-se notória a preocupação da população no que tange à educação, à saúde e à corrupção;
- A corrupção aglutinou indivíduos progressistas, bem como os setores conservadores que usaram a bandeira para atacar o governo petista e pedir a prisão dos envolvidos no escândalo do “mensalão”;
- A preocupação com a PEC 37, cuja derrubada poderia tirar do Ministério Público o poder de investigação;
- Saúde e educação apareceram como temas, por serem os direitos sociais mais evidentes e que não eram garantidos com qualidade e de forma ampla para o conjunto da população;

- Os símbolos cívicos do Brasil apareceram em várias cidades, tendo sido tomados como representação dos discursos conservadores, por alguns analistas.

Além dos aspectos acima salientados, faz-se mister observar o lugar que ocuparam (ou deixaram de ocupar) os partidos políticos e os movimentos sociais tradicionais.

Se é verdade que os grandes partidos e os grandes movimentos não estavam representados no início dos protestos, também é verdade que pequenos partidos e movimentos foram essenciais para a deflagração da jornada.

De um lado, no âmago dos protestos contra a tarifa, estava o Movimento Passe Livre (MPL). A organização de caráter horizontal e apartidário foi fundada em 2005 durante o Fórum Social Mundial reunindo militantes, em sua maioria, autônomos. Ao mesmo tempo, pequenos partidos de esquerda como o Partido Socialismo e Liberdade (Psol) que conta com três representantes na Câmara dos Deputados e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) tiveram participação desde o início da organização dos protestos contra o aumento das tarifas e nos Comitês Populares da Copa. Desde o início das mobilizações contra o aumento, contudo, já se mostrava presente um apartidarismo característico dos setores autônomos que buscavam evitar que os atos fossem apropriados pelos partidos.

O fato das manifestações terem sido convocadas pelas redes sociais ampliou a capacidade de reunião de setores não ligados organicamente aos partidos e movimentos tradicionais, fazendo com que os movimentos de pequeno porte, como o MPL conseguissem, por meio de sua legitimidade pública, acentuar o chamado para os atos. A legitimidade foi lida pelos debates nas redes e pela adesão pública aos protestos, sinalizada na convocação dos eventos pelo Facebook.

Os grandes partidos não se envolveram, inicialmente nos protestos, podendo-se indicar os motivos pelo distanciamento dos mesmos:

- O Partido dos Trabalhadores, o grande partido de esquerda do Brasil ocupava, ainda, a Presidência da República e importantes governos locais, como a Prefeitura de São Paulo. Porém, movimentos ligados a ele continuaram mobilizados em alguma medida;
- O afastamento do PT foi ainda mais acentuado no caso de pautas que pudessem causar desgaste para os governos petistas;

- Por outro lado, os partidos de centro e de direita não tinham tradição de mobilização de rua, não se mobilizando pela redução da tarifa de transporte;
- As mobilizações puxadas pelos grupos autônomos nutriam-se, em geral, de um caráter apartidário, o qual foi reforçado pela presença, nos protestos, de indivíduos sem tradição de participação política que viam nos partidos, um sintoma da crise de representação política atual.

Assim, ao apartidarismo de esquerda somou-se um apartidarismo conservador. Em São Paulo, os militantes dos partidos pequenos que construía as manifestações desde o início, foram hostilizados por setores da classe média, os quais entendiam a presença de partidos, como uma tentativa de apropriação das manifestações. Posteriormente, o PT resolveu incentivar sua militância a participar das manifestações, identificada com materiais do partido. Houve ainda mais hostilização, com agressão aos militantes partidários, por parte de grupos organizados de direita.

A ausência dos partidos tradicionais não significou que não houvessem militantes identificados ou até organicamente ligados a esses partidos, inclusive os de centro-direita. A essa altura, plenárias reunindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento sindical, estudantil, negro e de mulheres decidiram pela convocação de uma jornada unificada de lutas. As manifestações ocorreram em um momento em que as jornadas de junho já declinavam, tomando um formato mais tradicional e centralizado de protesto e sem muito diálogo com o restante das manifestações, apesar de ter-se identificado, nessa ocasião, a reunião de milhares de manifestantes em torno de uma pauta de onze pontos, especialmente, voltada a questões trabalhistas.

Apesar do movimento intenso ocorrido no mês de junho de 2013, isto não significou que os manifestantes tivessem aceito o cenário político presente e o modo de atuação da classe política. Continuaram as críticas em torno do sistema de representação.

Por outro lado, o Movimento Passe Livre (MPL) criou condições para a ampliação dos reivindicantes, mostrando a legitimidade da pauta e dos argumentos, beneficiando-se de uma conjunção de fatores que levou centenas de milhares de pessoas às ruas em defesa da redução da tarifa. Até que se efetivasse a revogação, essa era a pauta com mais legitimidade. Nesse sentido, o MPL trabalhou numa perspectiva arriscada. Por um lado, precisava criar um espaço convidativo que ampliasse a adesão à pauta e às manifestações. Por outro, precisava evitar que esse espaço convidativo se tornasse amplo demais, a ponto de fragmentar a pauta e diluir a

importância do debate sobre a redução da tarifa. O quadro que se consolidou permitiu as duas coisas: a adesão em massa da população aos protestos e o caos urbano gerado pela inação da polícia criaram as condições para a revogação da tarifa no Rio e em São Paulo. As manifestações vieram ainda na esteira da luta pela revogação das tarifas, mas já traziam diversas outras pautas.

A discussão dos temas levantados pela população, no âmbito desses movimentos, trouxeram alguns resultados concretos, além da revogação das tarifas. Assim, o Congresso Nacional aprovou: a redução de Pis-cofins na tarifa dos transportes; 25% dos royalties do petróleo para a saúde; 75% dos royalties e 50% do Fundo Social do petróleo para a educação; a corrupção como crime hediondo, além de ter arquivado a PEC 37. Além disso, a Presidência da República anunciou apoio a uma reforma política e em São Paulo, a Polícia Militar anunciou que não iria mais usar balas de borracha em manifestações.

Constatou-se que a reconquista das ruas se deu, em parte, como reação à violência policial, na qual a mídia tradicional teve papel-chave por sua súbita mudança no perfil da cobertura e na maneira de tratar o vandalismo, que ocorreu no âmbito do movimento.

Um dos sinais mais sensíveis na virada da cobertura midiática foi o enfoque sobre as ações violentas nas manifestações. A partir da primeira manifestação realizada em São Paulo e em quase todas as cidades, a polícia reprimiu os manifestantes com o uso da força. As polícias militares responsáveis pela manutenção da ordem e comandadas pelos governos estaduais tornaram a abordagem assumida, em cada estado, dependente das orientações dos governos locais.

Atestou-se, inclusive, que desde o início das manifestações, alguns manifestantes atacaram bens privados e públicos, especialmente bancos e grandes lojas, com pedras e outros materiais. Houve depredação de ônibus e estações de metrô. Em parte, essas ações puderam ser identificadas como reações à violência policial. Além disso, foram frutos de uma cultura de enfrentamento ao capital e às forças da ordem. De forma geral, tornou-se possível afirmar que no início das manifestações, essas atitudes eram minoritárias em um cenário de mobilização mais amplo. O fato de ser minoritária, no entanto, não a tornou menos visível, ao contrário, a cobertura jornalística dos grandes meios de comunicação focou esses casos, com um discurso que colocou o vandalismo no centro da narrativa. As manifestações eram descritas pela ocorrência de ataques aos bens privados e públicos, bem como a sua obstrução ao trânsito da cidade.

Na sequência, houve uma virada na cobertura do movimento, pois a violência policial extrema que não poupou nem jornalistas no exercício de sua função, teve o condão de mudar a percepção de parte da sociedade sobre os protestos, fazendo com que a cobertura dos meios de

comunicação invertesse o lugar dos “vândalos” na narrativa: de regra, tornaram-se exceção. Assim, constatou-se que as manifestações passaram a ser apoiadas, ainda que com a ressalva à ação dos vândalos.

A partir do momento em que as manifestações cresceram passou-se a um cenário que misturava a violência ativista com saques e depredações realizados por aproveitadores.

Deve-se ressaltar a entrada em cena dos Black Blocs, ativistas mascarados e vestidos de preto, atuando em grupo para destruir bens privados e públicos. Essa formação se deu de forma organizada no Rio de Janeiro e em São Paulo. Passado o auge das manifestações em junho, as pautas se diluíram e as ações dos Black Blocs ganharam centralidade.

Pode-se depreender que os efeitos políticos mais imediatos dos movimentos sociais de 2013 foram a queda de popularidade dos governantes em todas as esferas de poder. Em pesquisas realizadas pelo Datafolha, no final de junho de 2013 foi constatada a queda da avaliação positiva do governo Dilma Rousseff (PT), do governo estadual de Geraldo Alckimin (PSDB) e da prefeitura de São Paulo, sob a responsabilidade de Fernando Haddad (PT).

A queda na aprovação de todas as esferas do poder público mostrou que os protestos abalaram a confiança da população nos políticos. Uma interpretação possível para a queda de popularidade da presidenta e dos governantes locais resultou na quebra, ao longo das jornadas de junho, do discurso triunfalista sobre o Brasil (ADDOR, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das reflexões realizadas nesse artigo pretendeu-se ressaltar que os estudos relativos ao quadro teórico dos movimentos sociais desenvolveram-se basicamente nas universidades e em alguns institutos de pesquisas ou ONGs. Nas universidades, o *locus* básico das investigações foram os programas de Pós-graduação.

Essa trajetória teórica encontrou dificuldades no período concernente ao estado militar, tendo em vista o controle social e a ausência de espaços para o debate no período em questão.

Naquele período, havia uma base teórica que consistia mais num guia de orientação político-estratégica para as ações futuras do que num referencial explicativo sobre os movimentos sociais, num passado próximo.

Observou-se que, na América Latina, as iniciativas teóricas estiveram mais próximas das teorias europeias do que aquelas que se remetiam à epistemologia gerada nos Estados Unidos sobre os movimentos sociais.

No caso latino-americano tornou-se claro que a abordagem marxista foi sendo substituída pela dos Novos Movimentos Sociais, ao longo dos anos 80.

Em face dessa situação, vários cientistas sociais, sobretudo GOHN (1997), consideraram ser imprescindível a retomada do debate referente à base teórica que melhor elucidasse as especificidades e particularidades dos movimentos sociais que se desenvolveram na América Latina.

De acordo com a autora em questão, para a construção de um projeto teórico que melhor contribuísse para a análise dos movimentos sociais latino-americanos seria fundamental a consideração dos seguintes aspectos: a diversidade de movimentos sociais existentes; a hegemonia dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais; os movimentos populares que tiveram destaque e que se tornaram conhecidos internacionalmente; as mudanças acarretadas no seio da Igreja Católica, em face do Concílio Vaticano II, com relação ao eixo de sua política na América Latina, levando-se em conta que precedentemente a Igreja estava voltada para a sociedade política, exercendo influência junto ao Estado, por meio de partidos democratas cristãos, passando a rever a sua posição que se concentrou, então, nos movimentos sociais; a questão indígena e os conflitos dela decorrentes; as características dos movimentos populares como formas de resistência e os novos movimentos sociais que passaram a abranger a inclusão e não a integração social; projetos estratégicos de mudança da ordem das coisas na realidade social; a inclusão da categoria dos intelectuais para a efetiva compreensão dos movimentos sociais latino-americanos; a questão agrária na América Latina e os conflitos dela resultantes; a consideração das estratégias e táticas adotadas pelos movimentos sociais, segundo as realidades diversas existentes na América Latina e o trabalho dos movimentos locais em torno da demanda de serviços coletivos territorializados, não se articulando às redes nacionais ou regionais, resultando no enfraquecimento dos mesmos.

No que concerne à relação movimentos sociais/território, observou-se as contribuições do sociólogo francês Lojkin e dos geógrafos brasileiros Mansano e Silva. Apesar da contribuição dos referidos, entendeu-se que a questão teórica envolvendo o território ainda demandará maior debate, bem como o aprofundamento da reflexão no âmbito epistemológico para chegar-se a um projeto teórico de maior consistência.

Após as abordagens e as preocupações teóricas, o trabalho percorreu a realidade dos movimentos sociais latino-americanos, dando particular ênfase ao papel do Estado e dos atores político-institucionais, nos referidos movimentos, evidenciando que a sociedade civil foi pouco considerada, caracterizando uma abordagem que se aproximou mais da teoria de Mobilização Política.

Aferiu-se, inclusive, que tais movimentos surgiram, em princípio, nos grandes centros articulados a redes movimentalistas em que se destacaram a Igreja, os sindicatos e alguns partidos de oposição ao regime político da época.

Registrou-se, nesse período, que os repertórios utilizados criaram agendas diferenciadas para os movimentos: questões étnicas, suprimento de gêneros e serviços sociais de primeira necessidade, onde o alimento tem centralidade, demandas por terra e moradia, por educação e demandas consideradas “modernas” ao redor de questões de gênero, com destaque para as lutas das mulheres em todas as frentes.

México, Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia apresentaram muitos movimentos populares. No México, destacaram-se os zapatistas, principalmente nos anos 70 e os habitantes de Chiapas, nos anos 90, com estilos de ação coletiva no meio rural muito diferentes. Assim, há pouco mais de trinta anos, um grupo de seis militantes de esquerda, sendo três indígenas, embrenharam-se nas selvas do estado de Chiapas, um dos mais ricos e desiguais do México, com o objetivo de constituir um foco de resistência aos avanços das políticas que atentavam contra o bem estar da população mexicana, promovendo a privatização e a concentração das propriedades rurais. Uma das bandeiras dos zapatistas foi a recuperação das terras comunitárias, *el ejido*.

Destacou-se, também, o movimento da Cadeira Vazia, no Equador. A *Cadeira Vazia* (Silla Vazia – SV) preceituada pela nova Constituição do Equador de 2008 é um dispositivo que oferece aos cidadãos um assento nas reuniões dos governos locais, para que possam tomar parte no processo de decisão envolvendo questões de interesse comum.

Por outro lado, refletiu-se sobre os movimentos sociais brasileiros entre 1978 e 1989, tendo como categoria básica a questão da autonomia.

Em seguida, debateu-se sobre os movimentos sociais e ONGs no Brasil, nos finais do século XX e inícios do século XXI, terminando a análise com o advento dos movimentos sociais ocorridos no mês de junho de 2013. Assim, até a metade do mês de junho, a pauta das manifestações esteve clara: contra o aumento das tarifas do transporte público e contra as remoções e o mau uso do dinheiro público na Copa do Mundo. A partir da segunda quinzena do mês de junho, a pauta se ampliou, num processo que foi influenciado por ações organizadas na internet e pelos meios de comunicação tradicionais. Surgiram nos protestos dezenas de cartazes contra a corrupção e em defesa de melhores serviços de saúde e educação. Outras pautas mais pontuais foram: a defesa da derrubada da PEC 37 que ganhou as ruas.

Pelo que foi discutido anteriormente, percebeu-se que a participação da população sempre foi um fato real que não pode ser relegado a segundo plano, pois não é possível contar a

história apenas pelo lado dos governantes. A participação popular, através da resistência, gera aprendizados, traduzíveis a partir da constatação de que o próprio povo e os governantes reelaboram seus discursos e políticas.

Constatou-se, que a velocidade do desenvolvimento tecnológico, com o avanço das técnicas e da ciência em geral, ainda que essas tivessem mostrado grande significado ao longo dos movimentos sociais do mês de junho de 2013, todavia, mostrou problemas relativos à uma sociedade atomizada, atordoada, fragmentada e medrosa, reagindo com violência e respondendo, em não raras ocasiões, pelo lado irracional às agressões a que foi submetida.

Além disso, não se pode deixar de reconhecer o significado das redes sociais que passaram a constituir um objeto de interesse, menos como articulação política e mais como elemento explicativo da estrutura e funcionamento das organizações, que começaram a operar com certo grau de institucionalização. A tendência predominante nos anos 90 e seguintes, na análise dos movimentos sociais foi o de unir abordagens elaboradas a partir de teorias macrosociais às teorias que priorizavam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que fizeram mediações sem excluir uma ou outra das abordagens.

Esse novo contexto teórico seria uma necessidade imperiosa, numa era na qual tudo se desfaz rapidamente e tudo fica obsoleto em frações de tempo.

REFERÊNCIAS

- ABERLE, D. **The peyote Religion Among The Navaho**. Chicago: Aldine Press, 1966.
- ADDOR, F. **Sensibilizando sem Tomar o Poder**, In Le Monde Diplomatic Brasil. Ano 7, n. 81. Santana do Parnaíba/São Paulo. Associação Palavra Livre / Instituto Pólis, 2014. p. 26-27.
- ALVAREZ, S.; SCOBAR, A. **Theoretical and Political Horizons of Change in Contemporary Latin American Movements**, In The Making of Social Movements in Latin America. São Francisco: Westview Press, 1992.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo: Ed. Moderna, 1975.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- ARRUDA, G. **Fórum Regional Auxilia no Planejamento das Cidades**. Gazeta

- Mercantil, Rio de Janeiro, 24 de maio 2007, p. B-12.
- BAIARLE, S. G. **A Emergência de um Novo Princípio Ético Político nos MSU's em Porto Alegre.** XVIII Internacional Congress LASA. EUA: Atlanta, 1994.
- BARREIRA, I. A. F. **O Reverso das Vitrines.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BUARQUE, C. **O Que é Apartação Social.** São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARDOSO, F. H. **O Modelo Político Brasileiro.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- CASANOVA, J. **Globalization Catholicism and Return to a Universal Church.** Conference of American Political Association: New York, 1994.
- CASTELLS, M. **Movimientos Sociales Urbanos.** Madrid: Siglo XXI, 1974.
- _____. **The City and Grassroots: A Cross Cultural Theory of Urban Social Movements.** Berkley: University of California Press, 1983.
- _____. **Insurgents Against a New Global Order: A Comparative Analysis of Chiapas, American Militias, and Aum Shinrikió,** In International Conference of the RC Social Movements and Social Classes. ISA. Santa Cruz: California, 1996a.
- CASTORIADIS, C.; COHN-BENDIT, D. **Da Ecologia à Autonomia.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DURKHEIM, E. **Division of Labor in Society.** New York: Free Press, 1933.
- FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FOWERAKER, J. **Popular Mobilization in Mexico: the Teacher's Movement. 1977-1987.** New York: Cambridge Un. Press, 1993.
- _____. **Theorizing Social Movements.** Boulder. Colorado, EUA: Pluto Press, 1995.
- GALLEGOS, F. R. **A Cadeira Vazia e a Inovação Democrática no Equador,** In Le Monde Diplomatic Brasil. Ano 7, n. 75. São Paulo. Associação Palavra Livre/Instituto Pólis, 2013. p. 6.
- GIDDENS, A. **Social Theory and Modern Sociology.** Cambridge. Madd: Polity Press, 1987.
- _____. **Sociology.** Oxford: Polity Press, 1993.
- GOHN, M. G. **Civil Society, NGOs and Collectives Actions in Brazil of the 90s.** International Conference of the RC Social Movements and Social Classes. ISA. Santa Cruz: California, 1996.
- _____. **Teorias dos Movimentos Sociais - Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- HABERMAS, J. **Teoria de La Acción Comunicativa.** Madrid: Taurus, 1985.
- HARBER, P. L. **Identity and Political Process: Recent Trends in Study of Latin American Social Movements.** Vol. 31. n.1, In Latin American Research Review, 1996.
- HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism.** Oxford: Oxford University Press, 2005b.
- HELLER, A. **Para Mudar a Vida.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HOBBSBAWM, E. **Pessoas Extraordinárias.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- KRIESE, H. **Local Mobilization for the People's Petition of the Dutch Peace Movement,** In Klandermans, Kriese e

- Tarrow, International Social Movement, vol. 1. p. 41-82. Greenwich: Cnn JAI Press, 1988.
- LEFÉVRE, H. **De lo Rural a lo Urbano**. Península: Barcelona, 1973.
- LEVINE, D. **Religion and Political Conflict in Latin America**. Chapel Hill: Un. North Caroline Press, 1986.
- LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MAINWARING, S. **Grassroots Popular Movements and the Struggle for Democracy: Nova Iguaçu. 1974-1985**. Kellogg Institute: Un. Notre Dame Press, 1988.
- McCLINTOCK, C. **Peru Sendero Luminoso Rebellion: Origins and Trajectory**, In Power and Popular Protest: Latin American Social Movements. p. 61-101. Berkley: California Press, 1989.
- MELUCCI, A. **Um Objetivo para os Movimentos Sociais**. Revista Lua Nova. n. 17. São Paulo: CEDEC, 1989.
- MOORE Jr., B. **Injustiça: As Bases Sociais da Obediência e da Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NASCIMENTO, E. P. **Exclusão Social no Brasil: Dos Excluídos Necessários aos Excluídos Desnecessários**. ANPOCS. Caxambu, 1994.
- NASH, J. **Cultural Resistance and Class Consciousness Bolivian Tin-Mining Communities**, In ECKSTEIN, S., Power and Popular Protest. Berkley: Un. California, 1989.
- NAVARRO, M. **The Personal is Political: Las Madres de la Plaza de Mayo**, In ECKSTEIN, S., Power and Popular Protest. Berkley: Un. California, 1989.
- OFFE, C. **Partidos Politicos y Nuevos Movimientos Sociales**. Madrid: Ed. Sistema, 1988.
- OXHORN, P. D. **Organizing Civil Society – The Popular Sectors and the Struggle for Democracy in Chile**. University Park-Pensylvania: Pennsylvania State University Press, 1995.
- RAZETO, L. **Las Organizaciones Económicas Populares en la Nueva Coyuntura Económica**. Santiago: Acad. De Humanismo Cristiano, 1984.
- SCOTT, J. C. **Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasants Resistance**. New Haven: Yale Un. Press, 1986.
- SILVA, S. B. M. **Movimentos Sociais, Território e Desenvolvimento**, In Coelho Neto, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (orgs). (Geo) grafias dos Movimentos Sociais. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.
- _____.; SILVA, B. C. N. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. 2. Ed. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 2006.
- SMELSER, N. **Teoria del Comportamiento Colectivo**. Mexico: FCE, 1962.
- TARROW, S. **Movimenti e Organizzazioni Sociali; Che Cosa Sono, Quando Hanno Successo**. Turim: Laboratório Político, 1982.
- _____. **Power in Movement**. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1994.
- THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. London: Addison Wesley Publishing Company, 1978.
- _____.; McADAM, D.; TARROW, S. **The Map Contentions**, In Mobilizations, vol. 1, n. 1, p. 17-34, 1996.

TOURAINÉ, A. **Palavra e Sangue**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

VALDEZ, T. **Movimiento Poblacional: La Recomposición de las Solidariedades Sociales**. Santiago: Flacso, 1986.

WICKHAM-CROWLEY, T. **Winners, Losers, and Also-rans: Toward a Comparative Sociology of Latin American Guerrilla**

Movements, In Power and Popular Protest: Latin American Social Movements, p. 132-181. Berkley: California Press, 1989.

ZAMOSC, L. **Peasant Struggles of the 1970s in Colombia**, In ECKSTEIN, S. Power and Popular Protest. Berkley: Un. California, 1989.